



4^a Conferência
Nacional
das Cidades

Histórico das Conferências e do Conselho das Cidades, Democracia Participativa e a 4^a Conferência Nacional das Cidades

Local: Juiz de Fora -MG

22/01/2009



SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho
das Cidades

Ministério
das Cidades





1. Histórico de criação do ConCidades;
2. Composição do ConCidades;
3. Atribuições do ConCidades;
4. Conferências Nacionais das Cidades;
5. Resoluções ConCidades de 2003 a 2008;
6. 4^a Conferência Nacional das Cidades.

2009 / 2010



ESTATUTO DA CIDADE

([Lei nº 10.257/01](#) - Cap. IV)

Instrumentos de Gestão Democrática

- Conferências;
- Órgão Colegiados – Conselhos;
- Debates, Audiências e Consultas Públicas;
- Iniciativa popular;
- Plano Diretor Participativo;



Da Gestão Democrática da Cidade

- Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:
- I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- II – debates, audiências e consultas públicas;
- III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

O Plano Diretor Participativo pressupõe esse nível de organização da sociedade.



Medida Provisória nº 2.220/01

Dispõe em seu Artigo 10, no Capítulo II:

Art. 10. Fica criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU, órgão deliberativo e consultivo, integrante da estrutura da Presidência da República....

O CNDU é o precursor do Conselho das Cidades e a espinha dorsal do sistema de participação da sociedade na condução da política de desenvolvimento urbano.



Conselho
das Cidades

Ministério
das Cidades





O MINISTÉRIO DAS CIDADES

Constituído pela Medida Provisória nº 103,
de 1º de janeiro 2003,
convertida na Lei Nº 10.683/03,
em seu Capítulo III – Artigo 31, Item X,
transformou o Conselho Nacional de
Desenvolvimento Urbano – CNDU em:
Conselho das Cidades



Conselho
das Cidades

Ministério
das Cidades





DECRETO Nº 4.665/2003.

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos do Ministério das Cidades. No seu CAPÍTULO II que descreve a Estrutura Organizacional, define o **Conselho das Cidades** como seu Órgão Colegiado.



Conselho
das Cidades

Ministério
das Cidades





MATERIALIZAÇÃO DO CONSELHO DAS CIDADES EM 2003

Em 22 de maio/2003 o Presidente Lula convoca a 1ª Conferência Nacional das Cidades.

Coordenação do Ministério das Cidades em conjunto com 80 entidades da sociedade civil.

A Conferência delibera sobre a composição do Conselho das Cidades e propõe ao Presidente o texto para a edição do decreto que regula o Conselho e fixa em 71 o número de conselheiros.



Conselho
das Cidades

Ministério
das Cidades





Balanço

1ª Conferência Nacional das Cidades - 2003
nº de municípios participantes: 3457

Principais definições:

- **Constituiu o Conselho das Cidades, criando um marco para participação da sociedade no debate da Política de Desenvolvimento Urbano;**



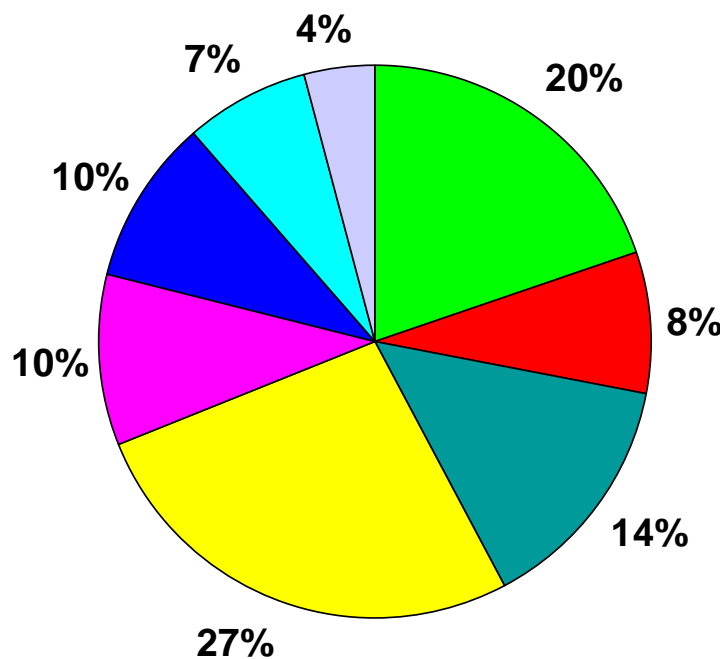
Conselho
das Cidades

Ministério
das Cidades





Composição do Conselho nos termos propostos pela 1ª Conferência Nacional das Cidades



- Poder Público federal 14
- Poder Público Estadual 06
- Poder público Municipal 10
- Movimentos Populares 19
- Trabalhadores 07
- Empresários 07
- Estidades Profissionais Acadêmicas 05
- ONG's 03



CONFERÊNCIAS REALIZADAS

- **1ª Conferência Nacional das Cidades - outubro/2003.**

Lema: "Cidade para Todos"

Tema: "Construindo uma Política Democrática e Integrada para as Cidades"

Resoluções aprovadas: 56.

- Definiu os princípios, diretrizes, objetivos da PNDU e das políticas de habitação, saneamento ambiental, mobilidade urbana e planejamento territorial. Além das atribuições, competência e composição do Conselho das Cidades e elegeu as entidades membro.

- **2ª Conferência Nacional das Cidades - novembro/2005**

Lema: "Reforma Urbana: cidade para todos"

Tema: "Construindo uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano"

Resoluções aprovadas: 125.

- Definiu mais diretrizes para a PNDU e reafirmou as atribuições e competências do ConCidades, modificou sua composição e elegeu as entidades da 2ª gestão.



Conselho
das Cidades

Ministério
das Cidades





Em 11 de fevereiro de 2005 o Presidente convoca a 2^a Conferência Nacional das Cidades.

A 2^a Conferência delibera sobre a composição do Conselho das Cidades e propõe ao Presidente o texto para a edição de novo Decreto (Nº 5.790/06), que fixa em 86 o número de conselheiros, mantidos os mesmos segmentos.



ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO DAS CIDADES

As entidades participantes das Conferências Nacionais das Cidades resolvem propor que as vagas da sociedade civil no Conselho sejam preenchidas por meio de eleição durante a realização de conferências.



Conselho
das Cidades

Ministério
das Cidades





Balanço

2ª Conferência Nacional das Cidades - 2005
nº de municípios participantes: 3120

Principais definições:

- **Apontou diretrizes para o Sistema Nacional do Desenvolvimento Urbano;**
- **Propôs estruturação e instrumentos da Política Regional e Metropolitana;**



Conselho
das Cidades

Ministério
das Cidades



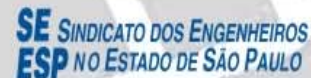


Balanço

2ª Conferência Nacional das Cidades - 2005

Principais definições:

- Propôs as diretrizes para a pactuação entre os entes federados;
- Estabeleceu a Gestão Democrática como uma diretriz da Política de Desenvolvimento Urbano; e
- Discutiu a regulamentação da Lei 11.124 que criou o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.



Conselho
das Cidades

Ministério
das Cidades





3ª Conferência Nacional das Cidades - novembro/2007

Lema: “Desenvolvimento Urbano com Participação Popular e justiça Social”

Tema: “Avançando na Gestão Democrática das Cidades”

Resoluções aprovadas: 136.

- Total de participantes na etapa municipal: **143.207 pessoas;**
- Total de participantes na etapa estadual: **16.151 pessoas;**
- Total de credenciados na Nacional: **2.513 pessoas;**
 - Delegados: 2040;
 - Observadores: 411;
 - Administração/Apoio: 62.
- **Total de participantes no processo: 161.871 pessoas.**



Conselho
das Cidades

Ministério
das Cidades





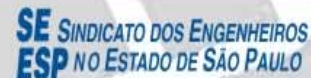
Balanço

3ª Conferência Nacional das Cidades - 2007 *nº de municípios participantes: 3277*

• *O Conselho das Cidades foi o protagonista da organização da conferência*

Principais definições:

- **Avançou na construção da PNDU, do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, na necessidade de uma política de regularização fundiária e de prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos.**



Conselho
das Cidades

Ministério
das Cidades







Por que as conferências das cidades são importantes?

- Oportunidade de pactuação política sobre o desenvolvimento urbano;
- Espaço para a sociedade participar da elaboração e avaliação das políticas públicas e de sua implementação;



Por que as conferências das cidades são importantes?

- **Eleger as prioridades de atuação do poder público, nas três esferas de governo;**
- **Pautar a discussão em âmbito nacional com questões apontadas localmente; e**
- **Levar à esfera local questões referentes à construção da política nacional.**



Objetivos

- **Garantir a participação dos diversos segmentos da sociedade na definição da Política de Desenvolvimento Urbano nas três esferas de governo.**
- **Promover a discussão entre poder público e sociedade civil sobre assuntos relacionados à Política de Desenvolvimento Urbano;**
- **Definir agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes nas cidades;**
- **Eleger as entidades representantes dos segmentos no processo de Conferências.**



PARTICIPAÇÃO NAS CONFERÊNCIAS

1ª Conferência Nacional das Cidades:

- 3.457 municípios / 470 no ESP
- 2.510 delegados oriundos dos 26 estados e DF.

2ª Conferência Nacional das Cidades:

- 3.120 municípios / aprox. 300 no ESP
- 2.571 delegados inscritos.

3ª Conferência Nacional das Cidades:

- 3.277 municípios / 164 no ESP
- 2.513 delegados inscritos.



Conselho
das Cidades

Ministério
das Cidades





Art. 17 - Representação dos Segmentos

%	Segmentos	Rep. Concidades 184
42,3	Poder Público - gestores, administradores públicos e legislativos federais, estaduais, distritais e municipais - representantes de órgãos da administração direta, empresas, fundações públicas e autarquias em seus respectivos níveis, e membros do Legislativo: vereadores, deputados estaduais e distritais, deputados federais e senadores. *	86
26,7	Movimentos Populares – associações comunitárias ou de moradores, movimentos por moradia, movimentos de luta por terra e demais entidades voltadas à questão do desenvolvimento urbano.	46
9,9	Trabalhadores representados por suas entidades sindicais - sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais de trabalhadores legalmente constituídos e vinculados às questões de desenvolvimento urbano.	16
9,9	Empresários - entidades de qualquer porte, representativas do empresariado relacionadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, inclusive cooperativas voltadas às questões do desenvolvimento urbano.	16
7,0	Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa – entidades representativas de associações de profissionais autônomos ou de empresas, profissionais representantes de entidades de ensino, profissionais atuantes em centros de pesquisas das diversas áreas do conhecimento e outras entidades vinculadas à questão do desenvolvimento urbano. Enquadram-se também conselhos profissionais, regionais ou federais.	12
4,2	Organizações Não Governamentais – entidades do terceiro setor com atuação na área do desenvolvimento urbano.	8



DECRETO 5.790 DE 25 MAIO DE 2006

O Conselho das Cidades tem por finalidade estudar e propor as diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, bem como acompanhar e avaliar a sua execução.

As deliberações do ConCidades serão feitas mediante resolução aprovada por maioria simples dos presentes em plenário.



Conselho
das Cidades

Ministério
das Cidades





ESTRUTURA DO CONSIDADES

A estrutura do Conselho das Cidades é formada pelo Plenário e por quatro Comitês Técnicos:

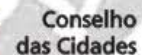
- **Habitação**
- **Saneamento Ambiental**
- **Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana**
- **Planejamento e Gestão do Solo Urbano**

Cada Comitê Técnico é dirigido pelo Secretário Nacional da área setorial de atuação do Ministério das Cidades.



GRUPOS DE TRABALHO DO CONCIDADES

- **GT Agenda** - Grupo de Trabalho para desenvolver Campanha Nacional de implementação da agenda do Conselho das Cidades e da 3ª Conferência Nacional das Cidades;
- **GT Sistema** - Grupo de Trabalho para elaborar proposta de Projeto de Lei para criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- **GT Orçamento** - Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Orçamento Público do Ministério das Cidades;
- **GT PAC** - Grupo de Trabalho para monitoramento das ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC;
- **Comissão PL 3.057/00** - Comissão de Articulação e Pactuação para elaboração de propostas ao PL Nº 3.057/00 (Responsabilidade Territorial);
- **GT Ano Internacional do Saneamento;**
- **GT Conflitos Fundiários Urbanos;**
- **Coordenação Executiva do Conselho das Cidades;**





POLÍTICAS COM CONTRIBUIÇÕES DO CONCIDADES

- **LEI 11.124/2005 - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS/SNHIS.**
- **LEI 11.445/2007 - Política Nacional de Saneamento Ambiental.**
- **PL 3057/2000 - Lei de Responsabilidade Territorial.**
- **PL 1.687/2007 - Política Nacional de Mobilidade Urbana.**
- **Lei 11.107/2005 - Normas Gerais de contratação de Consórcios Públicos.**
- **PLANOS DIRETORES – Resoluções com regras para o processo participativo na elaboração dos PDs.**



Conselho
das Cidades

Ministério
das Cidades





RESOLUÇÕES CONCIDADES

De 2004 a 2005

- Resoluções: 34

De set/2005 a 2008

- Resoluções Normativas: 09
- Resoluções Administrativas: 18
- Resoluções Recomendadas: 69

TOTAL RESOLUÇÕES 05 ANOS - 130



Conselho
das Cidades

Ministério
das Cidades





DESAFIOS ATUAIS PARA O MUNDO DAS CIDADES

- Políticas Públicas
- Democracia Participativa

1985-2004







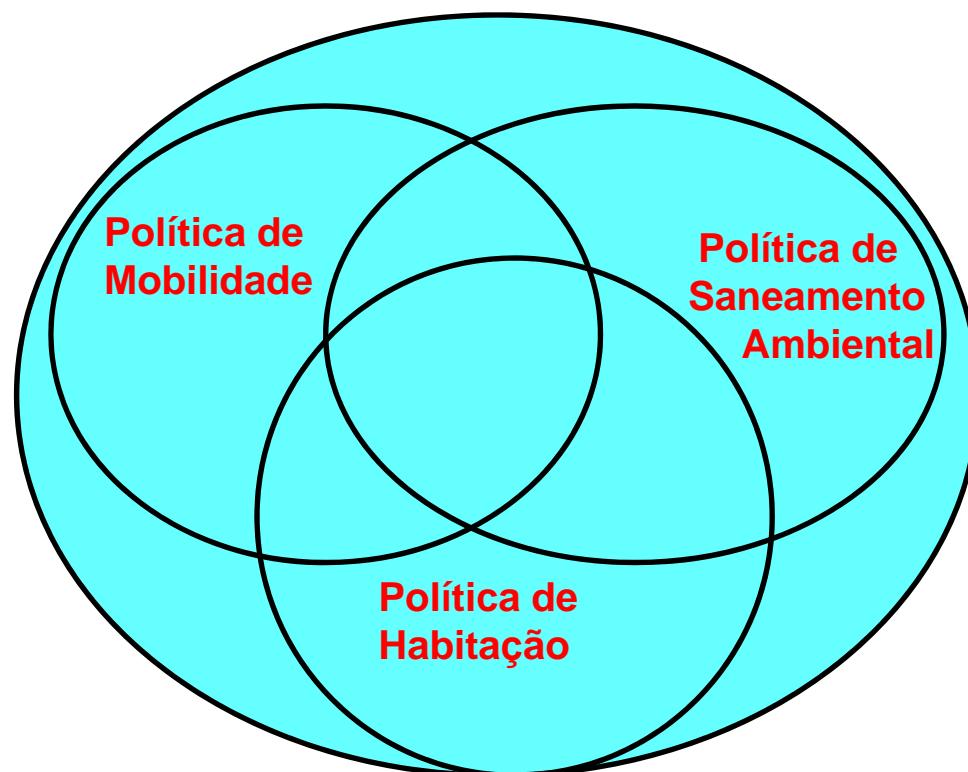
**São Paulo
Guarapiranga**





DESAFIOS PARA OS MUNICÍPIOS

PLANEJAMENTO TERRITORIAL





DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

- Conselhos nos Níveis Municipal, Estadual e Nacional
- Orçamentos Participativos
- Planos Diretores
- PPAs e LOAs
- Gestão Parlamentar



A Política de Desenvolvimento Urbano e as Intervenções nas Cidades

Principais Desafios

§ *Recursos:*

Ø Debater a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, integrando fundos e recursos setoriais; e

Ø Garantir que investimentos das três esferas de governo sejam executados de acordo com os Planos Diretores.



EXPERIÊNCIAS ADQUIRIDAS

- A participação nas políticas públicas e no planejamento territorial urbano estimula o aprendizado coletivo, o empoderamento dos atores sociais e a aquisição de visões abrangentes e integradoras sobre a cidade em que as pessoas vivem.
- A gestão democrática da cidade é o alicerce para a construção das cidades sustentáveis – do direito à cidade.



O que deve ser feito nas Conferências?

- As Conferências Municipais/Regionais e Estaduais devem desenvolver a discussão da temática nos níveis municipal, estadual e federal.
- As propostas na escala do município/estado devem apontar diretrizes para o enfretamento de questões locais.
- Devem ser eleitas **propostas prioritárias** da escala de atuação do Governo Federal, para subsidiar o debate na Conferência Nacional.



**R.N. Nº 10 de 30/06/2009 – DOU de
03/08/2009 - DEC EST 54.703 de 21/08/2009**

- **LEMA: CIDADE PARA TODOS E TODAS COM GESTÃO DEMOCRÁTICA, PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL**
- **TEMA: AVANÇOS, DIFICULDADES E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO.**

O Regimento da 4ª Conferência Nacional foi aprovado pelo ConCidades, publicado no Diário Oficial da União no dia 03/08/2009 e encontra-se disponível no sítio de internet do Ministério das Cidades – www.cidades.gov.br

Esta Conferência elegerá as entidades membro do quarto mandato do Conselho das Cidades



Conselho
das Cidades

Ministério
das Cidades





Quando acontecerão as etapas da 4ª Conferência?

- Conferências Municipais/ Regionais
01 de setembro a 15 de dezembro de 2009

- Conferências Estaduais
01 de fevereiro a 18 de abril de 2010

- 27 e 28 de março de 2010 no ESP

4ª Conferência Nacional das Cidades
24 a 28 de maio de 2010



Conselho
das Cidades

Ministério
das Cidades





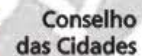
TEMAS PARA DEBATE

1. Criação e implementação de conselhos das cidades, planos, fundos e seus conselhos gestores nos níveis federal, estadual, municipal e no Distrito Federal;
2. Aplicação do estatuto da cidade e dos planos diretores e a efetivação da função social da propriedade do solo urbano;
3. A integração da política urbana no território: política fundiária, mobilidade e acessibilidade urbana, habitação e saneamento; e
4. Relação entre os programas governamentais - como PAC e Minha Casa, Minha Vida - e a política de desenvolvimento urbano.



Propostas Prioritárias

Além de discutir temas locais, as conferências municipais devem indicar duas propostas prioritárias em cada um dos quatro eixos temáticos, para serem encaminhadas à discussão na Conferência Estadual. Para cada um dos quatro eixos temáticos, as conferências estaduais devem indicar duas propostas prioritárias para a discussão na 4ª Conferência Nacional das Cidades. Todas as propostas prioritárias das conferências municipais e estaduais devem ter abrangência nacional e, conseqüentemente, suas análises devem ter esta dimensão.





Eixo 01: CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE CONSELHOS DAS CIDADES, PLANOS, FUNDOS E SEUS CONSELHOS GESTORES NOS NÍVEIS FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E NO DISTRITO FEDERAL

Desafios a serem debatidos

- 1) O município, ou o Estado instituiu o conselho da cidade? É deliberativo?**
- 2) Existem outros conselhos de abrangência setorial relacionados à política urbana?**
- 3) O conselho da cidade (ou equivalente) discute de forma integrada as temáticas de habitação, saneamento, mobilidade e planejamento urbano e/ou outras?**
- 4) Qual a composição do conselho? A participação da sociedade civil e do poder público reflete a composição do Conselho das Cidades de âmbito nacional?**
- 5) O município, ou o estado tem lei de criação do conselho e do fundo local de habitação de Interesse social?**
- 6) O município possui plano diretor, plano local de saneamento, de habitação e de mobilidade urbana?**



OBRIGADO!

4^a Conferência
Nacional
das Cidades

Bartiria Perpetua Lima da Costa

Presidente da CONAM Confederação das Associações de Moradores Membro do

E-mail: conam@hotmail.com

www.cidades.gov.br



SE SINDICATO DOS ENGENHEIROS
ESP NO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho
das Cidades

Ministério
das Cidades



